

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 97ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 96ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cecília dos Santos, Márcio Martins, Camila Rorato e Aparecido Tadeu Pavani. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 87ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam por e-mail as atas das 95ª e 96ª reuniões, tendo aprovada por todos, com correção na ata da 96ª reunião, com a substituição na linha 60 da frase “o interesse na conservação ambiental, em especial pelo conjunto destas espécies”, pela frase “de possível aprovação, desde que haja uma compensação ambiental de interesse do município, com valor superior ao previsto no Código de Arborização, e equivalente ao espaço publicitário obtido”; Angela solicitou a ratificação da ata da 94ª reunião, para a inclusão na linha 67 da frase “por fim ficou aprovado o EIV do Supermercado Savegnago”. Em seguida Angela informou a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Edifício Residencial - IT Participações LTDA, EIV Revenda de gás classe IV - Wilian Cezarini, EIV do cemitério - Delphos Empreendimentos, Exigências técnicas para elaboração de EIV, Fundema, recurso da Dreyfus, Retificação da ata da 94ª reunião, e outros assuntos. Angela solicitou inversão da pauta para discutir o Fundema, Fundo Municipal do Meio Ambiente, referente recurso da Dreyfus, o que foi aprovado; informou que o valor de R\$ 11.400,00 depositado pela Dreyfus não foi identificado, referente a auxílio para os custo da hora máquina para operação da draga, para serviço de desassoreamento do Córrego Mandembo, devendo ser solicitadas informações ao Departamento Financeiro em que conta foi depositado, ou se houve estorno do valor. Ainda em outros assuntos, foi informado que o SAAEB está abrindo 13 poços, e Leandro Torelli informou que já foram iniciados os serviços, com a abertura do poço do loteamento Pedro Paschoal, quando já foram perfurados 100 m, sendo perfurado próximo ao poço existente, mas com diâmetro maior, devendo atingir os aquíferos Serra Geral e Bauru; Angela disse se preocupar com a proximidade entre os poços, podendo ocorrer interferência, ou mesmo ineficiência, e também destacou que esses investimentos não constam no Plano de Saneamento, e questionou a justificativa da abertura de novos poços por representarem baixo custo de tratamento, considerando a apresentação no dia 15 deste mês, e publicação do ‘Estudo de Contaminação por Nitrato nos Aquíferos do Guarani e Bauru’, feito IPT e IGC; explicou que neste estudo 86% dos poços analisados estão contaminados, estando o nosso município nessa área de estudo; Angela explicou os danos a saúde humana pela contaminação por nitrato; Fabiano Bortolan informou que defendeu os proprietários de poços contaminados na cidade de Monte Azul Paulista, mas não houve ganho de causa, considerando que o Ministério Público questionou a necessidade do uso de água de poços se o serviço de água da cidade é eficiente, e por consequência cerca de 100 poços particulares foram lacrados; foi considerado que os locais do estudo, assim como nossa cidade, possuem rede de esgoto muito antiga, com nenhuma ou pouca manutenção, e consequentemente apresentam vazamento que contamina os aquíferos; Leandro disse que serão feitos o encamisamento com concreto por 30 m nos novos poços; foi considerado que hoje 80% do fornecimento de água no município é feito mananciais superficiais, devendo ser mantido como estratégico a utilização dos recursos subterrâneos, e que o uso em excesso da água de poços profundos pode favorecer ainda mais a contaminação, colocando o município em risco hídrico nos períodos de estiagem; Leandro informou que a estação de captação de água do córrego do Retiro, CAP 2, está assoreada, com uma lâmina de água de um metro, e

ultimamente apresenta somente meio metro, sendo a captação descontinuada, com indicação de escassez; Angela disse que as represas a montante, na Chácara Bianca e na Fazenda Santa Zélia podem auxiliar estrategicamente na captação de água; foi destacado que é muito caro o tratamento da água de poços contaminada com nitrato, o que pode inviabilizar o consumo desta água; o conselho decidiu aguardar a abertura dos poços, uma vez que o serviço já está licitado, e iniciar gradativamente a análise bioquímica, realizada conforme os critérios da portaria CVS nº 2.914/2011, e por laboratórios credenciados e independentes, devendo a solicitação de análise ser feita independente das análises realizadas pelo SAAEB, devendo ser feita em todos os poços do município; Angela alertou sobre a seriedade desta situação, e que as análises poderão ser feitas antecipadamente, antes de todos os poços serem abertos, assim como em poços particulares, outorgados ou não. A seguir passou a ser discutido o EIV Edifício Residencial - IT Participações LTDA, com defesa do engenheiro Ricardo Canal Coelho, representante da engenheira Tereza Cristina Martins Canal Coelho, autora do EIV; na página 7 foi observado que o requerente é a IT Participações, e não a Prefeitura; na página 11 foi solicitado informar o número de unidades autônomas; Telma explicou que houve falha no envio das plantas, devendo serem enviadas na próxima reunião; conforme apresentado pelo notebook, as plantas indicam a descrição e quantidade de área verde e área permeável; na página 19, foi considerado que a descrição do sistema de água do município não precisa ser citada por não estar contextualizada na área de influência do empreendimento, e quanto a citação sobre a qualidade da água, deverá ser feita análise da água do poço a ser aberto, conforme portaria CVS nº 2.914/11; e na página 20 fazer a correção de poço artesiano para poço profundo; na página 22, o título 2.5 deve ser corrigido, considerando que os serviços concessionados são somente para luz e telefone, e no item 2.5.1, deve ser citada a Lei Estadual nº 12.526/07, e o cálculo do volume dos reservatórios de detenção; na página 24, item 2.5.2, deve ser citado que o poço atenderá normas técnicas e recomendações do DAEE, e foi aceito o cálculo do consumo de água por apartamento feito para 3 habitantes, considerando diretriz da certidão do SAAEB, assim como o tamanho e padrão da edificação; na página 23, foi orientado a não indicar o tempo de funcionamento do poço profundo; quanto ao esgoto, foi observado que, conforme mapa PD 07 – Rede de Esgoto, atualizado em 2015, a rede de esgoto que atende a região do empreendimento é de manilha de 6”, e na Rua Sete de Setembro m o coletor tronco é de manilha de 8”, devendo ser corrigido o termo interceptor, por coletor tronco; na página 31 indicar as área de abrangência de 120 e 500 m; na página 77, item 3.11, na conclusão do nível de serviço, deve ser indicado o possível impacto com a operação do empreendimento, com o incremento de ao menos 48 veículos , em horário de pico, na Rua Quintino Bocáiuva , considerando que se hoje o valor no volume do fluxo livre é de 25,3, e poderá atingir 30, que o limite para vias locais, devendo ser indicadas medidas mitigadoras; na página 79, que define os níveis de tráfego, devem ser retirados, se não são parâmetros para o estudo de tráfego; nas páginas 92 e 93 devem ser apresentadas as medições de ruído no período noturno, para as duas ruas avaliadas; na página 103, que trata da densidade demográfica, deve ser corrigida a densidade de alta para média, considerando mapa PD 21 - Densidade Demográfica, e ser considerado que a zona de uso ZMC permite o adensamento; na página 107, item 5.9, quanto à insolação deve ser definido o período mínimo de insolação, e os critérios de conforto ambiental, ficando essa análise prejudica por falta de regulamentação no município; na página 112, item 5.11, indicar as medidas de controle de dispersão de resíduos sólidos na fase de implantação, conforme NR 18; na página 117, item 5.11, indicar resíduos perigosos e volumosos na fase de opção do empreendimento, devendo ser incluídos no plano de gerenciamento de resíduos, e deverá ser indicada a geração de rejeitos, além do orgânico e do reciclável; a certidão de diretrizes do SAAEB cita inadequadamente que será criado fundo próprio para depósito do valor da infraestrutura de responsabilidade do empreendedor, e foi orientado que caso o valor não venha a ser informado pelo SAAEB, o mesmo deverá ser orçado pelo empreendedor e depositado em juízo, a fim de não caracterizar prevaricação; a certidão de uso e ocupação do solo deve esclarecer melhor a permissão de uso do recuo frontal, que no caso deve ser somente para mobiliário; o EIV deverá ser reapresentado com

103 as solicitações de complementação. Os EIVs da pauta serão discutidos na próxima reunião.
104 A seguir foi informado que não houve neste período reuniões do Comitê da Bacia
105 Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, nem do Comitê do Grande, devendo ocorrer
106 amanhã, no dia 22, por videoconferência, para aprovar os projetos dos futuros tomadores
107 de recurso da compensação e da cobrança pelo uso da água, e alterações no plano de ação
108 de investimento, PAPI. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não
109 havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos.
110 Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pela presidente
111 do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e um do mês de julho do ano de
112 dois mil e vinte.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária